

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do
relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2017

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105 – 12º andar
Edifício Berrini One | Itaim Bibi
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.
Recife – PE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Investigações e medidas judiciais em andamento

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 (b) às demonstrações contábeis, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação “Lava-Jato”, que tem por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem diversas empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

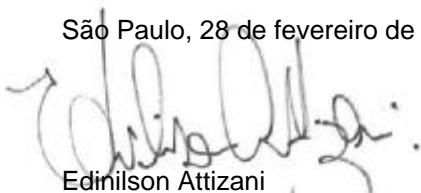
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018



Edinilson Attizani
CT CRC 1SP 293.919/O-7 "PE"

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP 025.583/O-1"PE"

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2017	2016	Passivo e patrimônio líquido	2017	2016
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	4.936	2.577	Fornecedores	565	754
Contas a receber (Nota 7)	848	1.211	Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	2.670	3.686
Tributos a recuperar	304	344	Obrigações tributárias	215	257
Despesas antecipadas	99	71	Obrigações sociais e trabalhistas	309	282
Outros ativos	14	3	Contribuição ao fundo sócio ambiental (Nota 11)	358	127
	<u>6.201</u>	<u>4.206</u>	Provisão para contingência (Nota 12)		561
				<u>4.117</u>	<u>5.667</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	42.313	44.142
Contas vinculadas (Nota 8)	7.893	7.948	Partes relacionadas (Nota 13)	1.513	1.308
Contas a receber (Nota 7)	41	219	Tributos diferidos (Nota 20 (a))	11	42
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 20 (a))	2.766	3.114	Provisão para contingência (Nota 12)	745	
Outros ativos	148	211	Provisão para conserva especial (Nota 14)	640	
	<u>10.848</u>	<u>11.492</u>		<u>45.222</u>	<u>45.492</u>
Imobilizado	238	213	Patrimônio líquido (Nota 15)		
Intangível (Nota 9)	70.240	72.682	Capital social	26.150	26.150
	<u>81.326</u>	<u>84.387</u>	Reserva de capital	2.618	2.618
			Reserva de lucros	9.420	8.666
				<u>38.188</u>	<u>37.434</u>
Total do ativo	<u>87.527</u>	<u>88.593</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>87.527</u>	<u>88.593</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita Líquida (Nota 16)	17.462	17.238
Custos (Nota 17)	<u>(8.492)</u>	<u>(8.155)</u>
Lucro bruto	8.970	9.083
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 18)	(4.786)	(4.364)
Outras despesas operacionais, líquidas	<u>(129)</u>	<u>3</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	4.055	4.722
Resultado financeiro, líquido (Nota 19)	<u>(2.671)</u>	<u>(2.713)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.384	2.009
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (Nota 20 (b) e (c))	<u>(449)</u>	<u>(642)</u>
Lucro líquido do exercício	<u>935</u>	<u>1.367</u>
Lucro atribuível aos acionistas da companhia por lote de mil ação (expresso em R\$)	<u>357,14</u>	<u>522,15</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro do exercício	935	1.367
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do exercício	<u>935</u>	<u>1.367</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucro			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de investimento	Reserva de incentivo fiscal		
Em 1º de janeiro de 2016	26.150	2.618	422	6.021	1.159	36.370	
Lucro líquido do exercício						1.367	1.367
Reserva de lucro							
Destinação do lucro (Nota 15)			64	908	92	(1.064)	
Dividendos propostos (Nota 15 (v))						(303)	(303)
Em 31 de dezembro de 2016	26.150	2.618	486	6.929	1.251	37.434	
Lucro líquido do exercício						935	935
Reclassificações				389	(364)		25
Destinação do lucro (Nota 15)			43	619	67	(729)	
Dividendos propostos (Nota 15 (v))						(206)	(206)
Em 31 de dezembro de 2017	26.150	2.618	529	7.937	954	38.188	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	1.384	2.009
Ajustes		
Margem de construção	(7)	(3)
Atualização do ativo financeiro	(9)	(71)
Provisão da conserva especial	640	-
Provisão para contingência	13	-
Juros e variações monetárias	3.649	3.915
Perda na baixa do Imobilizado e Intangível	129	-
Depreciação e amortização	3.034	3.255
	<u>8.833</u>	<u>9.105</u>
Variação dos ativos e passivos		
Contas a receber	551	1.122
Despesas antecipadas	(29)	19
Tributos a recuperar	58	(267)
Outros ativos	52	23
Contribuição ao fundo sócio ambiental	231	(26)
Fornecedores	(189)	(148)
Obrigações tributárias	(165)	(200)
Obrigações sociais e trabalhistas	26	(80)
Provisão para contingência	-	(193)
Outras passivos	-	(3)
	<u>9.368</u>	<u>9.352</u>
Caixa líquido proveniente das operações	<u>9.368</u>	<u>9.352</u>
Juros pagos	(3.652)	(3.895)
Imposto pago	-	(39)
	<u>5.716</u>	<u>5.418</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>5.716</u>	<u>5.418</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Contas vinculadas	54	(98)
Adições ao imobilizado	(36)	(63)
Adições ao intangível	(533)	(220)
	<u>(515)</u>	<u>(381)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(515)</u>	<u>(381)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos (amortização de principal)	(2.842)	(3.689)
Dividendos pagos	-	(500)
	<u>(2.842)</u>	<u>(4.189)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(2.842)</u>	<u>(4.189)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>2.359</u>	<u>848</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>2.577</u>	<u>1.729</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>4.936</u>	<u>2.577</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("Rota dos Coqueiros" ou "Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico ("SPE"), constituída em 15 de dezembro de 2006, que tem como objeto social, explorar, mediante concessão patrocinada, precedida de obras, o sistema viário composto pela praça de pedágio localizada no Município de Jaboatão dos Guararapes (Praça de Pedágio Barra de Jangada), pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, que interligará os Municípios de Jaboatão dos Guararapes e do Cabo de Santo Agostinho, pela via principal do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva ("Via Parque"), a extensão concedida é de 6,5 km, que se inicia na referida ponte de acesso e segue até conectar-se com a via municipal Rua Dezesete, do Cabo de Santo Agostinho, na Praia de Itapuama; e pela praça de pedágio localizada no Município de Cabo de Santo Agostinho (Praça de Pedágio Itapuama). A Companhia tem por objeto ainda a prestação do serviço público de operação e atividades de apoio necessárias ao funcionamento da referida ponte e sistema viário.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

As atividades são realizadas com base no contrato de serviço de longo prazo assim classificados:

<u>Objeto do contrato</u>	<u>Prazo</u>	<u>Poder Concedente</u>
Exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, pela via principal da Reserva do Paiva e pela praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho.	33 anos e 5 meses	Estado de Pernambuco

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht ("Organização"), e controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. ("ODB Rodovias") e controlada indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. ("OTP").

A emissão dessas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela diretoria em 27 de fevereiro de 2018.

(a) Equalização do capital circulante

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava excesso de ativos circulantes sobre passivos circulantes, no montante de R\$ 2.084 (2016 - R\$ 1.461 excesso de passivo circulante). No exercício de 2017 a Companhia realizou a equalização do CCL em comparação ao exercício anterior.

(b) Investigações e medidas judiciais em andamento

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, no contexto da chamada "Operação Lava Jato", que investiga, principalmente, práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem empresas, ex-executivos e executivos do Grupo Odebrecht, acionista indireto, da Companhia.

Apesar do seu acionista indireto ter se comprometido com um acordo de leniência, e estar prestando todos os esclarecimentos necessários, a Companhia não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, bem como não sofreu busca e apreensão em seus estabelecimentos bem como sequer foi alvo de menções e não teve nenhum executivo mencionado, indiciado, denunciado ou tampouco condenado até o momento. Considerando que as investigações ainda estão em andamento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está negociando a prorrogação do empréstimo junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”), e está convencida de que as mesmas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábeis-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo:

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, numerários em trânsito, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos

2.3.3 *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os ativos não financeiros que estão sujeitos à amortização, é feita uma revisão periódica pela administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não foram registradas perdas de *impairment*, tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

2.4 Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e receitas acessórias, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Como também pela Contraprestação Adicional à Tarifa – CAT, com prazo de recebimento de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da fatura pelo Poder Concedente, conforme cláusula contratual. Caso seja julgado necessário, é constituída provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa.

2.5 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Imobilizado

Compreende máquinas e equipamentos de informática e móveis e utensílios, não reversíveis ao poder público.

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

2.7 Ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme ICPC 01 - "Contratos de Concessão", item 17, à medida que a Companhia obtém o direito de cobrar dos usuários do serviço público e a orientação OCPC 5 desse mesmo Comitê.

O ativo intangível é avaliado pelo custo histórico somado a margem de construção, determinado pela receita estimada de formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita é estimada considerando os investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura, incluindo custos dos empréstimos, e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de desenvolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

A amortização do ativo intangível foi realizada pelo método linear (prospectivamente) para o exercício de 2017 e 2016, a qual está limitada ao prazo final da concessão.

2.8 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

Imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações contábeis.

Em 22 de junho de 2012, conforme Ato Declaratório nº 113, a Companhia foi habilitada a operar de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, registrada como reserva de lucro de forma a não distribuir esse valor como lucros ou dividendos aos sócios.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.9 Provisão para conserva especial

A partir de 31 de dezembro de 2017, a Companhia passou a provisionar os gastos que serão incorridos com a manutenção do pavimento da rodovia nos próximos 6 anos (vida útil estimada), limitando ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa mudança de estimativa é o que melhor reflete o reconhecimento dos impactos referentes aos gastos que serão incorridos em função da utilização da rodovia, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento.

2.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

(i) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(ii) Receita de construção ICPC 01-R1

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção, segundo o método de custo acrescido de margem.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão. A receita é reconhecida, acrescida da margem de 1,00% sobre os custos incorridos no período, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratos.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou receita de construção conforme demonstrado a seguir:

	Receita de construção		Custo de construção		Margem de construção		31 de dezembro Receita do ativo financeiro	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Direito da Concessionária								
Ativo Intangível	670	327	(663)	(324)	7	3		
Ativo financeiro (*)							9	71
	670	327	(663)	(324)	7	3	9	71

(*) Refere-se à atualização das contas a receber com o governo do estado de Pernambuco calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), conforme previsto no contrato de concessão para a receita da Contraprestação Adicional à Tarifa (CAT) recebida mensalmente do Comitê do Programa Estadual de Parceria Público Privada (CGPE).

(iii) CAT

CAT é ativo financeiro constituído com base no ICPC 01 – " Contratos de Concessão ", em contrapartida a receita de construção e refere-se à contraprestação mensal paga pelo Poder Concedente conforme prazo contratual (Aditivo Primeiro do Contrato de Concessão) e tem o objetivo de complementar o investimento na infraestrutura. É atualizado mensalmente com base no IPCA.

(iv) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, o rendimento de aplicação financeira.

2.13 Manutenção e reparos

No transcorrer de suas operações, dispêndios não relacionados ao ciclo de vida da rodovia são feitos em atendimento às manutenções e reparos rotineiros necessários para se mantê-la em operação dentro dos padrões de qualidades exigidos pelo órgão regulador. Estas manutenções e reparos, quando incorridos, são considerados suficientes pela Administração e por sua Engenharia responsável dispensando, neste momento, integralmente a necessidade de provisões específicas para tal fim.

2.14 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes principais novas normas foram emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

IFRS 9 / CPC 48- "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. A Administração entende que não haverá impactos com esta nova norma;

IFRS 15 / CPC 47– "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A Administração entende que não haverá impactos com esta nova norma;

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

IFRS 16 – “Arrendamento Mercantil” - Estabelece os princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores e substituirá o IAS 17 – Arrendamentos Mercantis, bem como interpretações correlatas. A versão completa do IFRS 16 foi publicada em janeiro de 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2019. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC relevantes que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, apropriação de receita de serviços prestados, provisões necessárias para passivos contingentes, determinação da provisão para imposto de renda e outros similares que, não obstante, refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

As estimativas e premissas, estão contempladas a seguir:

(a) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia utiliza o método linear de amortização, a qual está limitada ao prazo da concessão (Nota 9) ou vida útil efetiva, dos dois, aquele que vier primeiro.

(b) Margem de construção

Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais a margem de lucro estimada pela administração.

A margem de construção foi definida considerando a divisão entre os custos de monitoramento e gestão despendidos pela companhia e o total de investimentos previstos, conforme fundamentado por avaliação da área de engenharia da Concessionária.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, reconheceu imposto de renda (IR) e contribuição social diferido (CSL). Na determinação desses montantes, foram utilizadas as alíquotas previstas para liquidação desses valores.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A estimativa de realização do IR/CSL diferidos está apresentado na Nota 20.

(d) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança e o passivo contingente é divulgado.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

(a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Os principais instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são as aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores, financiamentos e saldos com acionistas.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em contas a receber.

(i) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em aplicações financeiras com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

(ii) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha.

4.1 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 10)	44.983	47.828
Menos - Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(4.936)	(2.577)
Menos - Contas vinculadas (Nota 8)	(7.893)	(7.948)
Dívida líquida	<u>32.154</u>	<u>37.303</u>
Total do patrimônio líquido	<u>38.188</u>	<u>37.434</u>
Total do capital próprio e de terceiros	<u>70.342</u>	<u>74.737</u>
Índice de alavancagem financeira	46%	50%

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2017			
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	4.936		4.936
Contas a receber e demais contas a receber	889		889
Contas vinculadas (Nota 8)		7.893	7.893
	<u>5.825</u>	<u>7.893</u>	<u>13.718</u>
Outros passivos financeiros			
31 de dezembro de 2017			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)		44.983	44.983
Fornecedores e contribuição ao fundo sócio ambiental		923	923
		<u>45.906</u>	<u>45.906</u>
Ativos ao valor justo por meio do resultado			
31 de dezembro de 2016			
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	2.577		2.577
Contas a receber e demais contas a receber	1.430		1.430
Contas vinculadas (Nota 8)		7.948	7.948
	<u>4.007</u>	<u>7.948</u>	<u>11.955</u>
Outros passivos financeiros			
31 de dezembro de 2016			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)		47.828	47.828
Fornecedores e contribuição ao fundo sócio ambiental		881	881
		<u>48.709</u>	<u>48.709</u>

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Fundo fixo	5	5
Fundo de troco	37	20
Bancos conta movimento	64	156
Aplicações financeiras (i)	4.595	2.255
Numerário em trânsito (ii)	235	141
	<u>4.936</u>	<u>2.577</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 4.595 (2016 - R\$ 2.255). A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa de 99% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os recursos aplicados serão utilizados na melhoria da infraestrutura da rodovia.
- (ii) Saldo referente ao numerário de pedágio em trânsito e conferência até que o mesmo seja reconhecido efetivamente no caixa da Companhia como depósito em conta corrente no mês subsequente.

7 Contas a receber

	2017	2016
Circulante		
CAT - parcela construção (i)	583	928
Pedágio eletrônico	262	263
Receitas acessórias	3	20
	<u>848</u>	<u>1.211</u>
Não circulante		
CAT - parcela construção (i)	41	219
	<u>41</u>	<u>219</u>
	<u>889</u>	<u>1.430</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas estimadas na realização das contas a receber uma vez que os mesmos são recebidos dentro do prazo médio de 30 dias, em sua maioria das operadoras das etiquetas de pedágio eletrônico.

A Companhia possui o direito de receber mensalmente do Comitê Gestor do CGPE a CAT, que foi contratualmente concebida para garantir à concessionária caixa suficiente para fazer face aos:

- custos de amortização e juros de financiamentos, relativos às obras de construção da Rodovia;
 - tributos devidos pela Concessionária;
 - atendimento das condições operacionais mínimas da Rodovia, das atividades de operação, manutenção e conservação.
- (i) O saldo total em aberto em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 624 (2016 - R\$ 1.147), registrado em contas a receber no ativo circulante e não circulante, representa a parcela da CAT atribuída à cobertura dos gastos relacionados aos serviços de construção da rodovia. Os valores registrados nessa rubrica atendem à definição de recebíveis no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. O recebível foi medido inicialmente por seu valor justo e, subsequentemente, são reconhecidos os juros cumulativos sobre esse valor calculado utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas vinculadas

A Companhia mantém junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") um fundo de liquidez representado por uma aplicação financeira, no montante de R\$ 7.893 (2015 - R\$ 7.948), que corresponde a seis prestações de amortização do financiamento junto ao BNB, remunerados a taxa de 98% do CDI, com base na maior prestação pós-carência, do financiamento descrito na Nota 10.

Essa aplicação foi efetuada como parte da garantia de cumprimento integral de todas as obrigações do referido financiamento. Ao final do contrato de financiamento este valor atualizado será restituído para a Companhia.

9 Intangível

(i) Composição

	31 de dezembro				Taxas anuais médias (%)
	Custo	Amortização acumulada	2017	2016	
Desapropriações	2.543	(372)	2.171	2.272	3
Equipamentos de informática	139	(69)	70	2	20
Ferramentas e aparelhos acessórios	23	(9)	14	31	20
Máquinas e equipamentos	45	(24)	21	-	20
Móveis e utensílios	12	(2)	10	48	10
Ponte	30.103	(5.186)	24.917	25.451	(*)
Praça de pedágio	10.461	(1.813)	8.648	9.041	(*)
Rodovias	40.754	(7.085)	33.669	35.200	(*)
Edificações e instalações	16	(2)	14	15	(*)
Software	31	(6)	25	8	20
Intangível em andamento	730	(49)	681	614	(*)
	<u>84.857</u>	<u>(14.617)</u>	<u>70.240</u>	<u>72.682</u>	

(*) Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

(ii) Movimentação do intangível

	2017	2016
Saldo no início do exercício	72.682	75.635
(+) Adição	592	223
(-) Amortização (*)	(3.034)	(3.176)
Saldo no final do exercício	<u>70.240</u>	<u>72.682</u>

(*) A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear (Nota 3 (a)) até o prazo final da concessão.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	2017	2016
Banco do Nordeste	R\$	Juros de 9,5% a.a	44.983	47.828
			44.983	47.828
Passivo circulante (-)			(2.670)	(3.686)
Passivo não circulante			42.313	44.142

Em 27 de dezembro de 2007, a Companhia firmou contrato de financiamento com o BNB, no montante de R\$ 52.900, e complementado no montante de R\$ 13.852 no dia 2 de dezembro de 2009, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no âmbito do programa FNE-PROINFRA, destinado ao financiamento de recursos para a realização de investimentos na implantação do Projeto Praia do Paiva, concessão estadual na forma de Parceria Público-Privada na modalidade patrocinada, que trata da construção e operacionalização do trecho rodoviário que interliga os Municípios de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes.

O prazo de pagamento do empréstimo contratado é de dezesseis anos, havendo bônus de adimplência de 15%. Desde 27 de janeiro de 2012, a Companhia vem amortizando mensalmente o empréstimo, principal e juros.

Em 19 de junho de 2017, foi assinado o segundo aditivo de re-ratificação ao contrato de financiamento de n.º 44.2009.6042.1846, firmado em 02 de dezembro de 2009, teve como finalidade alterar o vencimento final repactuando para 27 de novembro de 2029, ou seja, ampliação do prazo contratual em 24 (vinte e quatro) meses, como também carência de 12 (doze) meses do valor principal, de março de 2017 a fevereiro de 2018. Além de demonstrar um novo fluxo de amortização do principal da dívida que foi readequado até o final do contrato.

No período findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia liquidou parcelas do BNB no montante de R\$ 6.494, sendo R\$ 2.842 amortização do principal e R\$ 3.652 amortização de juros.

(i) Garantias

O contrato de financiamento com o BNB prevê como garantia, penhor de ações ordinárias e direitos emergentes do contrato de concessão, vinculação de recebíveis, fundo de liquidez em conta reserva e cessão de direitos creditórios.

(ii) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais se aproxima ao seu valor contábil, uma vez que se trata de obrigação de curto prazo recentemente contratados em condições de mercado.

(iii) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

A Companhia está sujeita à cláusulas de "covenants" dos quais restringem, dentre outros itens, sofrer protestos de dívida, suspender imotivadamente as operações, aplicar irregularmente os recursos, pedir recuperação judicial/ extrajudicial, dentre outros.

As cláusulas restritivas dos contratos de financiamento foram cumpridas pela Companhia em 31 de dezembro de 2017.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Prazo de vencimento

Os montantes com vencimento em longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2017	2016
2018		3.844
2019	2.550	3.622
2020	3.336	3.639
2021	4.845	4.962
2022	5.075	4.995
2023	5.257	5.143
2024	5.462	5.053
2025	5.308	4.883
2026 em diante	10.480	8.001
	42.313	44.142

11 Contribuição ao fundo sócio ambiental

Fundo criado pela Companhia, conforme disposição contratual, lastreado com recursos decorrentes da receita de pedágio superior ao previsto no Edital de Concorrência obedecendo faixas de compartilhamento, cuja a utilização é exclusiva para os projetos de gestão social e ambiental.

Em 31 de dezembro de 2017, o montante destinado à contribuição ao fundo sócio ambiental é de R\$ 358 (2016 - R\$ 127).

12 Provisão para contingência

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tem ações de causas indenizatórias no valor de R\$ 745 (2016 – R\$ 561) classificadas como de perda provável, referente a processos de desapropriação e trabalhistas, considerando os valores encontrados nos laudos periciais, os quais são utilizados para fixação em sentença, baseado na expectativa dos seus assessores jurídicos externos.

A Companhia também tem ações de natureza tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 3.695 (2016 - R\$ 1.761).

13 Partes relacionadas

	Passivo	
	Não circulante	
	2017	2016
Odebrecht Rodovias S.A. (i)	752	600
Vento Sul Participações LTDA. (i)	255	203
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (i)	9	7
Odebrecht Participação e Investimentos S.A. (ii)	497	498
	1.513	1.308

- (i) Durante o exercício de 2017, não ocorreu a quitação dos dividendos reconhecido no exercício de 2016. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia propôs dividendos calculados nos termos da Lei das Sociedades por Ações e Estatuto Social da Companhia, sendo R\$ 152 para ODB Rodovias, R\$ 52 para Vento Sul e R\$ 2 para CNO.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Honorários da Administração

A remuneração total paga aos Administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, totalizou R\$ 274 (2016 - R\$ 616).

14 Provisão para manutenção

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 640 referente a provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de 6 anos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 33 anos e cinco meses, sendo constituído também a provisão de manutenção e recuperação para os dois últimos anos previstos no contrato de concessão. A Companhia está realizando esta constituição conforme destacado na Nota 2.9.

15 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o Capital social da Companhia está representado da seguinte forma:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>Capital social</u>
Odebrecht Rodovias S.A.	19.385.740	19.385
Vento Sul Participações LTDA.	6.537.541	6.538
Construtora Norberto Odebrecht S.A.	226.873	227
	<u>26.150.154</u>	<u>26.150</u>

(b) Apropriação do lucro

Consoante legislação brasileira, as importâncias apropriadas à reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir:

(i) Reserva de capital

O montante de R\$ 2.618 refere-se à cisão parcial do patrimônio líquido da controladora indireta OTP, composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social.

(ii) Reserva de Incentivo Fiscal (art. 195-A da Lei nº 6.404/76)

Consoante Ato Declaratório Executivo nº 113, de 22 de junho de 2012, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021, na forma do artigo 1º da MP nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 0026/2012, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, constante do processo administrativo fiscal nº 10480.724052/2012-15.

Referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão Patrocinada com o Governo do Estado de Pernambuco (Contrato CGPE-001/2006), do setor de infraestrutura - transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.213/2002, com início do prazo de vigência em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 67 (2016 - R\$ 92) referente à subvenção em conta de resultado e o destinou à Reserva de Incentivos Fiscais O exato valor de tal receita, de forma a não distribuir esse valor como lucros ou dividendos aos sócios.

(iii) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia destinou o montante de R\$ 43 (2016 - R\$ 64).

(iv) Reserva de investimento

A reserva de investimento refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao plano de investimento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia destinou o montante de R\$ 619 (2016 - R\$ 908).

(v) Dividendos propostos

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações, como segue:

	2017	2016
Lucro do exercício	935	1.367
Incentivo fiscal	(67)	(92)
Base reserva legal	868	1.275
Constituição reserva legal (5%)	(43)	(64)
Base cálculo dos dividendos	825	1.211
Dividendos	206	303

Estas demonstrações contábeis refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia, de 25% do lucro líquido ajustado. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada pelos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía outros instrumentos que potencialmente poderiam diluir os resultados por ação.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Receita líquida

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita de Construção (i)	670	327
Receita de serviço (ii)	13.592	12.008
CAT (iii)	5.128	6.828
Atualização do ativo financeiro - ICPC01	9	71
Receita Bruta	<u>19.399</u>	<u>19.234</u>
Impostos, contribuições e descontos sobre serviço	<u>(1.937)</u>	<u>(1.996)</u>
	<u>17.462</u>	<u>17.238</u>

- (i) A Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$ 670 (2016 - R\$ 327), como receita de construção com base nas orientações da Instrução Técnica ICPC 01 – Contrato de Concessão.
- (ii) Arrecadações de pedágio no montante de R\$ 13.491 e receitas acessórias no montante de R\$ 101.
- (iii) Conforme cláusulas contratuais, a Companhia, após o término das Obras de implantação da rodovia, passou a ter direito de receber mensalmente do CGPE, CAT.

17 Custos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custo de operação	(7.829)	(7.831)
Custo de obra de infraestrutura (i)	(663)	(324)
	<u>(8.492)</u>	<u>(8.155)</u>

- (i) Os custos de construção referem-se aos custos apurados e registrados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

18 Despesa gerais e administrativas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas com pessoal	(2.478)	(2.528)
Prestadores de serviços	(1.342)	(845)
Gastos gerais administrativos	(518)	(506)
Despesas com seguros	(64)	(76)
Outras despesas	(384)	(409)
	<u>(4.786)</u>	<u>(4.364)</u>

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Resultado financeiro, líquido

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.649)	(3.915)
Outras despesas financeiras	(108)	(74)
	<u>(3.757)</u>	<u>(3.989)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	1.051	1.270
Outras receitas financeiras	35	6
	<u>1.086</u>	<u>1.276</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(2.671)</u>	<u>(2.713)</u>

20 Tributos diferidos e correntes

(a) Composição

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Sobre ativo diferido	1.076	1.140
Sobre ajustes ICPC 01	388	410
Benefício fiscal (ágio) (i)	1.302	1.564
	<u>2.766</u>	<u>3.114</u>
Passivo - ISS, PIS/Pasep e Cofins diferidos		
Sobre ajustes de ICPC 01	(11)	(42)
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	2.766	3.114
Tributos diferidos passivos	(11)	(42)
	<u>2.755</u>	<u>3.072</u>

- (i) De acordo com as práticas, a Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu crédito tributário sobre o valor do ágio a ser amortizado para fins tributários, em função da incorporação de parte do acervo líquido de sua até então Controladora Odebrecht Transport Participações S.A., nos termos do que prevê a legislação tributária aplicável. O saldo em 31 de dezembro de 2017 está demonstrado da seguinte forma:

Ágio por expectativa de rentabilidade futura	4.021	4.599
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido	(2.719)	(3.035)
Total do benefício fiscal	<u>1.302</u>	<u>1.564</u>

A Companhia optou por apresentar o valor do ágio deduzido de "Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido". A Companhia constituiu essa provisão, no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização para fins tributários. Essa provisão é revertida na proporção que o ágio vai sendo amortizado, sendo que a reversão é lançada na mesma conta em que o ágio é amortizado, representando a amortização do respectivo ativo fiscal também em linha com as práticas contábeis atuais.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A expectativa da administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais acima referido está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	2017	2016
2017	-	262
2018	262	262
2019	262	262
2020	262	262
2021 em diante	516	516
Total	1.302	1.564

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(b) **Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social no resultado do exercício**

	2017	2016
Ajustes ICPC	253	717
Benefício fiscal ágio	770	770
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	1.023	1.487
Contribuição social (9%)	92	134
Imposto de renda (25%)	256	372
Total do imposto de renda e contribuição social diferido	348	505

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Imposto de renda e contribuição social corrente

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social corrente	1.384	2.009
Adições IRPJ	1.470	726
Adições CSLL	1.470	753
Exclusões	(2.476)	(2.258)
Base de cálculo contribuição social	378	504
Base de cálculo do imposto de renda	378	477
Contribuição social (9%)	34	45
Imposto de renda (15%)	57	72
Adicional IRPJ - 10%	14	24
Incentivo fiscal PAT	(3)	(3)
Incentivo fiscal Vale Cultura	(1)	(1)
Total do imposto de renda e contribuição social corrente (*)	101	136
Total do imposto de renda e contribuição social correntes contabilizados	101	136
Total do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos contabilizados	449	642

(*) Conforme Ato Declaratório Executivo nº 113, de 22 de junho de 2021, a Companhia passou a operar de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro 2013 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. O incentivo calculado, e classificado como outras receitas - receita de subvenção representou uma redução de R\$ 3 (2016 - R\$ 3) sobre o débito apurado de IRPJ.

21 Contratos

(a) Contrato de concessão

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 5 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R\$ 143.203 (não auditado).

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos, os quais não foram escopo de análise por nossos auditores independentes.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro abaixo:

Modalidade	Vigência até	Cobertura
Garantia Concessões Públicas	21/05/2018	745
Seguro de Risco Operacional	29/12/2018	80.000
Responsabilidade Civil	29/06/2018	30.000
Responsabilidade Civil Administradores	01/07/2018	13.000

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

23 Demonstração do fluxo de caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do período findo em 31 de dezembro. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2017	2016
Desapropriações	171	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	171	-
Aquisição no intangível	(171)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	(171)	-

* * *

